

YVY INVESTIMENTOS LTDA.  
CNPJ/MF nº 51.971.130/0001-02 - NIRE 35262077565

4ª Alteração do Contrato Social para Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento, **Gustavo Henrique Moreira Montezano**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro, residente e domiciliado na SHIS QI 25, chácara 1 a 6, 1, Brasília, DF, CEP 71660-715, RG 09727844-4 (IFF/RJ), CPF 018.519.627-60 ("Montezano"); **Leonardo Roberto Ceron**, brasileiro, solteiro, nascido em 19/05/1983, administrador, residente e domiciliado na SHIS QI 10 cj. 1, 13 Brasília, DF, CEP 71630-015, RG 34732967-6 (SSP/SP), CPF 313.706.888-65 ("Ceron"); **Fábio Almeida Abrahão**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial, engenheiro, residente e domiciliado na Rua da Passagem, 130, apto. 405, Botafogo, RJ, RJ, CEP 22290-030, RG 11424666-3 (IFF/RJ), CPF 082.343.597-03 ("Abrahão"); **Cassiano Luiz Farani Lima Porreca**, brasileiro, solteiro, nascido em 19/08/1979, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Prudente de Moraes, 699, Apt. 702, Ipanema, RJ, RJ, CEP 22420-040, RG 11666420-2 (IFF/RJ), CPF 078.208.827-94 ("Farani"); **Francisco Lourenço Faulhaber Bastos-Tigre**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, residente e domiciliado na Av. Atlântica, nº 1782, Apt. 305, Copacabana, RJ, RJ, CEP 20040-004, RG 37.524.437-2 (SSP/SP), CPF 028.464.107-39 ("Tigre"); **Fernando Anton Basus Bispo**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, engenheiro, residente e domiciliado na SHIS QI 10, cj. 1, 13, Brasília, DF, CEP 71630-015, RG 011542974-8 (MEX), CPF 078.220.877-03 ("Bispo"); **Claudenir Brito Pereira**, brasileiro, divorciado, servidor público federal, residente e domiciliado na SQS 204, Bloco D, Apt. 104, Asa Sul, Brasília, DF, CEP 70234-040, RG 4.132.777 (SSP/DF), CPF 180.782.718-67 ("Brito"); **Andre Povoleri Caiaffa**, brasileiro, solteiro, nascido em 29/10/1981, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Taques Alvim, 495, Cidade Jardim, SP, SP, CEP 05671-030, RG 13083794-1 (Detran/RJ), CPF 092.577.277-18 ("Caiaffa"); **Cornélio Jatobá Brennand**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, residente e domiciliado no Edifício V0699, Av. Dr. Cardoso de Melo, 699, Apt. 253, Vila Olímpia, SP, SP, CEP 04548- 003, RG 5.517.215 (SDS/PE), CPF 090.692.964-46 ("Jatobá"); **Giuliano Chiaradia**, brasileiro, em união estável, empresário, residente e domiciliado na Av. do Pepe, 1120, Apt. 1409, Barra da Tijuca, RJ, RJ, CEP 22620-171, RG 215238187 (SSP/SP), CPF 098.051.008-20 ("Chiaradia"); **Joaquim Alvaro Pereira Leite**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, administrador, residente e domiciliado na Rua Viradouro, 120, Apt. 151, Itaim Bibi, SP, SP, CEP 04538-110, RG 17.199.545-4 (SSP/SP), CPF 144.002.098-14 ("Leite"); **Lyvia Nascimento Montezano**, brasileira, casada sob o regime de separação de bens, administradora, residente e domiciliada na SHIS QI 25, chácara 1 a 6, 1, Brasília, DF, CEP 71660-715, RG 4286830 (DPT/DF), CPF 124.624.077-74 ("Lyvia"); **Marcelo Donnini Freire**, brasileiro, solteiro, nascido em 14/02/1979, gestor ambiental, residente e domiciliado na Rua Loureiro da Cruz, 296, Apt. 4, Bairro Aclimação, SP, SP, CEP 01529-020, RG 30.170.712-1 (SSP/SP), CPF 219.736.028-06 ("Donnini"); **Roberto Carvalho de Azevêdo**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal, diplomata, residente e domiciliado em 398 Stanwich Road, Greenwich, CT, 06830, Estados Unidos, RG 8604 (MRE), CPF 185.319.111-68 ("Azevêdo"); **Rodrigo Guedes Xavier**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, economista, residente e domiciliado na Rua Embaixador Graça Aranha, 368, Leblon, RJ, RJ, CEP 22450-090, RG 888711 (SSP-DF), CPF 443.495.481-49 ("Xavier"); **Paulo Roberto Nunes Guedes**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal, economista, residente e domiciliado na Rua General Artigas, nº 164, Apt. 401, Leblon, RJ, RJ, CEP 22441-140, RG 05425800-9 (IFF/RJ), CPF 156.305.876-68, neste ato representado, nos termos da procuração anexa, por sua procuradora, **Anne Caroline Marciquevix Alves**, brasileira, solteira, nascida em 23/11/1984, advogada, OAB/PR nº 48.642 e no CPF 004.107.419-06, com endereço profissional na Cidade de Curitiba, PR, na Rua Euclides da Cunha, 1529, 11º Andar, Bigorriho, CEP 80730-360 ("Guedes"); **Andrea Rangel de Azeredo**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial, economista, residente e domiciliada na Rua Nascimento Silva, 569, Apt. 501, Ipanema, RJ, RJ, CEP 22421-029, RG 08942970-8 (DIC/DETRAN), CPF 026.253.407-03 ("Azeredo"); **Bruno Caldas Aranha**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial, advogado, residente e domiciliado na Rua Conselheiro Lafaiete, 61, Apt. 801, Copacabana, RJ, RJ, CEP 22081-020, RG 120569322 (IFF/RJ), CPF 086.647.977-57 ("Aranha"); e **Ram Rajagopal**, brasileiro, professor universitário, casado sob o regime de comunhão parcial, residente e domiciliado em 1480 Columbia Pl, Palo Alto, California, Estados Unidos, zip Code 94304, RG 10410192-8 (IFF/RJ), CPF 051.494.037-92 ("Rajagopal"), sócios titulares da totalidade do capital social da **YVY Investimentos Ltda.**, sociedade limitada, com sede SP, na Rua Joaquim Floriano, 960, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, CNPJ 51.971.130/0001-02, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35262077565 ("Sociedade"), decidem alterar o Contrato Social da Sociedade de acordo com os seguintes termos e condições:

**I. Transformação do Tipo Societário e Alteração da Denominação Social:** 1.1 Os sócios decidem transformar a Sociedade, de sociedade limitada em sociedade anônima, nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 da Lei 10.406/02 e dos artigos 220 a 222 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), mantendo-se o mesmo objeto social, bem como todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Sociedade, sem acarretar interrupção ou solução de continuidade da Sociedade ("Transformação"). 1.2 Em razão da Transformação, os sócios aprovam a alteração da denominação social da Sociedade para **Yvy Investimentos S.A.**, que responderá, para todos os fins e efeitos de direito, por todo o ativo e o passivo da sociedade limitada ora transformada, passando a mesma a ser regida pelo disposto no Estatuto Social, a ser aprovado pelos sócios, e pela Lei das S.A. ("Companhia"). 1.2 Em virtude da Transformação, cada quota da Sociedade, representativa do seu capital social, de valor nominal igual a R\$ 1,00, de titularidade dos atuais sócios, será convertida em 1 Ação Ordinária da Companhia, na mesma proporção das quotas por eles anteriormente detidas, a saber: **Sócio - Nº de Ações Ordinárias:** *Gustavo Henrique Moreira Montezano* - 13.200; *Paulo Roberto Nunes Guedes* - 4.000; *Fábio Almeida Abrahão* - 3.200; *Joaquim Alvaro Pereira Leite* - 3.200; *Roberto Carvalho de Azevêdo* - 3.200; *Rodrigo Guedes Xavier* - 3.200; *Francisco L. Faulhaber Bastos-Tigre* - 2.400; *Fernando Anton Basus Bispo* - 1.200; *Claudenir Brito Pereira* - 1.200; *Marcelo Donnini Freire* - 1.200; *Bruno Caldas Aranha* - 1.200; *Cassiano Luiz Farani Lima Porreca* - 400; *Andre Povoleri Caiaffa* - 400; *Cornélio Jatobá Brennand* - 400; *Leonardo Roberto Ceron* - 400; *Andrea Rangel de Azeredo* - 400; *Ram Rajagopal* - 400; *Giuliano Chiaradia* - 200; *Lyvia Montezano* - 200; **Total** - 40.000. **II. Aprovação do Estatuto Social:** 2.1 Os sócios aprovam o Estatuto Social da Companhia, que passa a regular o seu funcionamento, conforme Anexo I. **III. Eleição da Diretoria:** 3.1 Os sócios elegem para compor a Diretoria da Companhia, nos termos do Estatuto Social ora aprovado, todos com mandato unificado de 3 anos: i) **Gustavo Henrique Moreira Montezano**, acima qualificado, para o cargo de Diretor-Presidente; ii) **Fábio Almeida Abrahão**, acima qualificado, para o cargo de Diretor sem designação específica; e iii) **Francisco Lourenço Faulhaber Bastos-Tigre**, acima qualificado, para o cargo de Diretor sem designação específica. 3.2 Os diretores eleitos tomam posse mediante assinatura dos termos de posse anexos ao presente instrumento (Anexo II), pelo qual prestam a declaração de desimpedimento, e terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026. 3.3 A remuneração global dos membros da Diretoria será de até R\$ 500.000,00 anuais. **IV. Publicações:** 4.1. Os sócios aprovam que as publicações da Companhia, conforme determinadas nos termos do inciso I do art. 289 da Lei das S.A., sejam feitas no jornal Diário de Notícias de São Paulo. 4.2. Por fim, os sócios autorizam a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e implementação da Transformação e demais deliberações ora aprovadas. Os sócios assinam o presente instrumento em uma única via, a fim de que produza seus efeitos jurídicos. São Paulo, 31/05/2025. Gustavo Henrique Moreira Montezano; Francisco Lourenço Faulhaber Bastos-Tigre; Cassiano Luiz Farani Lima Porreca; Fábio Almeida Abrahão; Fernando Anton Basus Bispo; Claudenir Brito Pereira; Andre Povoleri Caiaffa; Cornélio Jatobá Brennand; Giuliano Chiaradia; Joaquim Alvaro Pereira Leite; Leonardo Roberto Ceron; Lyvia Nascimento Montezano; Marcelo Donnini Freire; Roberto Carvalho de Azevêdo; Rodrigo Guedes Xavier; Andrea Rangel de Azeredo; Paulo Roberto Nunes Guedes por: Anne Caroline Marciquevix Alves; Bruno Caldas Aranha; Ram Rajagopal. Visto do advogado: Saulo Benigno Puttini OAB/DF nº 42.154. JUCESP - 213.881/25-1, NIRE - 3530066745-0 em 24/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

**Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Prazo de Duração - Artigo 1º** A YVY Investimentos S.A. ("Companhia"), sociedade anônima, com sede no Município de SP, SP, na Rua Joaquim Floriano, 960, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, rege-se pelo presente Estatuto Social, pela Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Súcnio** Por deliberação da Diretoria, poderão ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, agências ou representações da Companhia em qualquer ponto do território nacional ou fora dele. **Artigo 2º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - Artigo 3º** A Companhia tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como quotista ou acionista. **Capítulo III - Capital Social - Artigo 4º** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 40.000,00, dividido em 40.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. **§1º** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Geral. **§2º** A ação é indivisível em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§3º** As ações de emissão da Companhia estão sujeitas a restrições de transferência, direito de voto e outras disposições acordadas entre os acionistas, conforme aplicável. **§4º** É vedada a criação de quaisquer ônus ou gravames, de qualquer natureza, sobre as ações ou direito de subscrição às ações de emissão da Companhia. **Capítulo IV - Assembleia Geral - Artigo 5º** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 meses que

se seguirem ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada na Assembleia Geral deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na data de publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei vigente exija sua disponibilização em prazo maior. **§2º** A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a lei, será presidida pelo Diretor-Presidente, ou, em uma ausência, por outro Diretor, que escolherá, dentre os presentes, um secretário. **§3º** Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 6º** Antes de instalada a Assembleia Geral, os acionistas presentes, devidamente identificados, assinarão o Livro de Presença de Acionistas, em que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares. **§1º** A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral. **§2º** Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da Assembleia, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação. **Artigo 7º** Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela Mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação: a) até 48 horas antes da Assembleia Geral, os acionistas que pretendam ser representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva procuração; b) os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item "a" acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa que o represente na Assembleia Geral; (ii) ato societário ou mandato do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos; c) os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item "a", dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral; d) a Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, desde que respeitados os requisitos documentais previstos neste Artigo 7º; e) os acionistas que pretenderam participar digitalmente da Assembleia Geral em que isto seja permitido, deverão necessariamente realizar o depósito prévio dos documentos, fornecendo ainda as eventuais informações e documentos adicionais necessários à viabilização da participação digital, sob pena de não serem admitidos na Assembleia Geral; e f) verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando de ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado. **Artigo 8º** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo de, pelo menos, a maioria do capital social votante da Companhia, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, obrigando a todos os acionistas, inclusive os ausentes. **Artigo 9º** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, que será assinada pelos integrantes da Mesa e pelos acionistas presentes. **Capítulo V - Administração da Companhia - Artigo 10** A administração competirá, na forma da lei e deste Estatuto Social, a uma Diretoria, composta por 3 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, que designará, dentre eles, o Diretor-Presidente e os demais diretores sem designação específica. **§1º** O mandato da Diretoria será de 3 anos, permitida a reeleição. Findo o prazo de seus mandatos, os Diretores permanecerão em seus respectivos cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **§2º** A investidura dos Diretores far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **§3º** No caso de vacância do cargo de qualquer um dos membros da Diretoria, o Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor caso a vacância recaia sobre o seu cargo, convocará Assembleia Geral para eleição de membro substituto, que deverá completar o mandato de seu antecessor. **Artigo 11** A Diretoria competem amplos e gerais poderes de administração e representação da Companhia, mediante o exercício das funções a ela atribuídos por este Estatuto Social e observadas as disposições legais aplicáveis. **§1º** A Companhia será representada, ativa e passivamente, para todos os fins, incluindo perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como quaisquer autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, incluindo a assinatura de contratos e acordos (i) pelo seu Diretor-Presidente, em conjunto com outro Diretor, ou (ii) por procurador constituído nos termos do parágrafo seguinte. **§2º** As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas pelo Diretor-Presidente, em cj. com outro Diretor. As procurações deverão especificar todos os poderes outorgados e ter um prazo de validade determinado, que não poderá ser superior a 1 ano, exceto aquelas outorgadas para fins judiciais (*ad judicium*), que poderão ter prazo indeterminado. **§3º** Quaisquer atos praticados pelos Diretores ou por procuradores da Companhia em seu nome e que sejam estranhos ao objeto social da Companhia, em especial a concessão de garantias em favor de terceiros, são expressamente proibidos. **Capítulo VI - Conselho Fiscal - Artigo 12** O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que poderá ser instalado a qualquer momento a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo do capital social, e cada período de funcionamento terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **§1º** O pedido de instalação do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, que elegerá os seus membros, ainda que a matéria não conste do edital de convocação. **§2º** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 membros efetivos, e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição. **§3º** A remuneração do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral, respeitado o mínimo legal. **Artigo 13** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e consignadas em ata. **Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Lucros e Dividendos - Artigo 14** O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. **§1º** Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Dos lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente: a) 5% para constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social, observado o disposto no Art. 193, §1º, da Lei das S.A.; b) 25% para distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, compensados eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício social e o valor líquido dos juros sobre capital próprio; e c) o saldo do lucro líquido terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis. **§2º** A Diretoria está autorizada a: (a) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço; (b) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais; e (c) determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, observadas as determinações legais. **Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação - Artigo 15** A Companhia será liquidada ou dissolvida nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação, eleger o Conselho Fiscal e nomear o liquidante, que devem funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo IX - Solução de Controvérsias - Artigo 16** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a submeter à arbitragem qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, de acordo com o disposto abaixo. **§1º** A controvérsia será resolvida por arbitragem a ser conduzida perante o, e administrada pelo, Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"). **§2º** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da CAM-CCBC em vigor no momento da arbitragem. A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 árbitros ("Tribunal Arbitral"). **§3º** Cada parte envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. Havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes. **§4º** Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes envolvidas ou a escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CAM-CCBC. **§5º** A arbitragem será realizada na SP, SP, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades. **§6º** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **§7º** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, não sendo admitido julgamento por equidade. **Artigo 17** As decisões do Tribunal Arbitral serão consideradas finais e definitivas pelas partes envolvidas, não cabendo recurso contra tais decisões, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no Art. 30 da Lei 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"). **Artigo 18** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das partes envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão da controvérsia à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no Art. 22-B, §Único, da Lei de Arbitragem. **Artigo 19** Para as medidas previstas no Artigo 18 acima, para cumprimento da sentença arbitral e para as causas que não estejam submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da SP, SP, como o único competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

